ATA DA 127ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 de Novembro de 2019, Segunda-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na PEC Paralela. Participantes: Rafaela Cosme, Advogada, coordenadora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP na região Nordeste; José Avelino da Silva Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor Especialista em Direito Previdenciário e Diretor do IBDP; e Fábio Souza, Juiz Federal, Professor e membro da Turma Nacional de Uniformização - TNU. O presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- Propor emenda de redação do parágrafo único do artigo 14 da PEC/133, garantindo o direito previsto no §1º, artigo 3º da lei 12618/12; 2- Apresentar PEC para alterar o inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, para incluir qualquer empresa que lucre com a mão de obra do trabalhador; 3- Propor restrição ao incidente de prevenção de litigiosidade aos casos “maduros” para julgamento. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/11>